

MEMÓRIA E ESQUECIMENTO NA CONFUSÃO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: O CASO DE HENRIQUE CARLOS DE MORAIS (PELOTAS/RS)

MEMORY AND FORGETFULNESS IN THE CONFUSION BETWEEN THE PUBLIC AND THE PRIVATE: THE HENRIQUE CARLOS DE MORAIS' CASE (PELOTAS/RS)

Francisca Ferreira Michelin¹
Maiquel Gonçalves de Rezende²
Paulo Ricardo Pezat³

RESUMO: O artigo busca desenvolver uma reflexão sobre a formação de arquivos decorrentes de operações geradas no trânsito entre o público e o privado. O estudo acompanha a história de Henrique Carlos de Moraes, um colecionador que viveu cinco décadas dedicado ao Museu da Biblioteca Pública Pelotense (BPP), na cidade gaúcha de Pelotas e acompanhou o desenvolvimento das políticas de preservação do patrimônio desde os seus primórdios. O estudo observa o conjunto documental que Moraes constituiu ao longo de sua vida, em grande parte por doações feitas a ele e que eram incorporadas ao acervo do Museu da BPP. Após sua morte, o arquivo por ele montado foi modificado através do descarte de documentos considerados pessoais e o seu nome foi esquecido. Busca-se esclarecer os motivos desse esquecimento por meio da análise da contínua e progressiva confusão entre público e privado que caracterizou a ação de Moraes no Museu.

PALAVRAS-CHAVE: MEMÓRIA, ESQUECIMENTO, ACERVOS, MUSEUS .

ABSTRACT: The article seeks to develop a reflection on the formation of archives resulting from operations generated in traffic between public and private. The study tracks the story of Henrique Carlos de Moraes, a collector who lived five decades devoted to the Museu da Biblioteca Pública Pelotense (Museum of the Public Library in Pelotas city - BPP) and followed the development of policies for the preservation of the heritage from the earliest days. The study notes that the whole documentary Moraes was throughout his life, largely by donations made to him and which were incorporated into the collection of the Museum of the BPP. After his death, he mounted the archives has been modified through the disposal of documents deemed personal and his name has been forgotten. Search is clarify the reasons that forgetfulness by the analysis of

¹ Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), professora adjunto do Departamento de Artes Visuais do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. franc@ufpel.edu.br

² Mestrando do Curso de Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas. maiquelrezende@yahoo.com.br

³ Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor adjunto do Departamento de História e Antropologia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas. pezat@terra.com.br

continuous and progressive confusion between public and private that characterized the action of Morais in Museum.

KEYWORDS: MEMORY, FORGETFULNESS, ARCHIVES, MUSEUMS.

Introduzindo a um caso de esquecimento

Como pensar uma política de preservação dos vestígios do passado escapando dos termos que muitas vezes balizam esse debate, tais como a valorização nostálgica de um tempo perdido, a sua promoção entusiasmada quando convertido em bem de consumo, a celebração do mercado dos seus vestígios ou a valorização do mesmo, como fonte para o turismo? É possível que sem contemplar, em alguma medida, um ou mais desses aspectos, o pensamento perca o seu objetivo, perca a razão do esforço que demanda. Mas na história das políticas de preservação há muito que contar e para esses relatos os aspectos da objetivação não se fazem indispensáveis.

Essa observação encontra aqui um fato ilustrativo: em comemoração aos 130 anos da Biblioteca Pública Pelotense (BPP), o jornal Diário Popular⁴ a homenageia em uma matéria de oito páginas. Nessa matéria veiculada na edição de segunda-feira, 14 de novembro de 2005, há fotografias, materiais informativos, técnicas de conservação de livros. E não há menção à figura de Henrique Carlos de Morais, nenhuma palavra sobre alguma de suas muitas contribuições à BPP. Sobre sua existência, essa matéria sela o silêncio e confere à sua obra e ao seu nome, o esquecimento. Quem foi essa figura? Por que deveria ser lembrada? Por que não o é?

O que esse texto desenvolve pode ser entendido como uma tentativa em contar a história de um homem que viveu e acompanhou bastante de perto os reflexos na cidade de Pelotas das políticas de preservação do patrimônio em todo o Brasil, em um período de tempo que quase se confunde com sua longa existência. A reflexão aqui apresentada se desenvolve a partir do conjunto documental que Morais constituiu ao longo de sua vida. Sem ter conquistado uma notoriedade indelével – em verdade, essa notoriedade foi muito circunstancial –, vários aspectos de sua trajetória apontam para momentos nos quais o trânsito entre o público e o privado, que caracterizou a ação de Morais, foi o fato responsável pela formação de conjuntos documentais curiosos e importantes. O conjunto documental sobre o qual se debruça essa reflexão apresenta detalhes aparentemente marginais e irrelevantes que, quando foram focados, se desvelaram como possibilidades de compreensão de uma realidade discreta, ocultada pelos conceitos de

⁴ O Jornal Diário Popular, periódico de maior circulação na cidade de Pelotas, conta com aproximadamente 133 anos desde sua fundação.

preservação e patrimônio que se tornaram vigentes no percurso de sua existência e do seu trabalho e que o motivaram a se tornar o curador do museu, o Museu da BPP.

A reflexão apresentada neste texto busca esclarecer o esquecimento presente de uma personagem que foi decisiva na constituição do acervo do Museu da BPP, e que teve na contínua e progressiva confusão entre público e privado a característica da sua ação dentro desse Museu. Em outro momento, em outro local, essa confusão não teria reverberado na sua lembrança, mas foi isso o que aconteceu ou é isso que o método de análise empregado das fontes consultadas leva a concluir.

O método de análise levou em conta o contexto da cidade e como esse processo de patrimonialização e museificação se dava no momento em que Morais assumiu a direção do Museu.

Objetos, arquivos e artigos: o museu como espelho da memória.

O Arquivo Histórico da BPP é composto por vários fundos documentais, dentre eles o fundo que leva o nome de Henrique Carlos de Morais⁵. Os documentos estão distribuídos em 42 pastas, de acordo com a seguinte organização: artigos para jornais; correspondência institucional; correspondência pessoal; cursos e congressos; diversos; documentos pessoais; ensaios, estudos, fotografias e ilustrações; notas biográficas; notas fiscais/recibos; obras; plantas; rascunhos manuscritos; recortes de jornais; recortes de revistas; traduções; série: Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DEPHAN); série Henrique Carlos de Morais Patação; série Museu da BPP; série Sociedade Cooperativa dos Fruticultores de Pelotas; série Sociedade Ornitológica Rio Grandense. Os demais fundos do arquivo também foram *coleccionados* por Morais, entretanto o “Fundo Henrique Carlos de Morais” abriga documentos mais de caráter pessoal. Morais costumava arquivar os documentos por assunto, hoje o padrão de arquivo pode ser mais flexível, isto é, os documentos são catalogados por procedência e/ou tipologia. A análise do material coletado por Morais evidenciou que ele tinha por hábito carimbar, colar e assinar documentos; todavia que não se julgue essa atitude, pois que seria um anacronismo, ou seja, compreender um sujeito do passado com olhos do presente. Morais constituiu esse acervo, simultaneamente seu e da Biblioteca em um mundo que, segundo inferências do material, a idéia

⁵ Catálogo de organização de acervo, Arquivo Histórico da BPP.

de público e privado se estabelecia de forma diversa da que se encontra hoje. Também é preciso considerar o caráter da biblioteca, que é pública no que diz respeito aos serviços que presta à comunidade, mas que é uma instituição de privada no que diz respeito ao seu funcionamento interno.

A maior parte do acervo é composta por recortes de jornais, nos quais apareciam os artigos escritos por Moraes. Os artigos indicam evidentes traços da personalidade do seu autor: perspicácia, ironia, humor sutil. A comunicação proposta desejava a conviência do leitor para os seus argumentos.⁶ Escreveu sobre os *peixes que morrem afogados*,⁷ dizia se tratar de curiosos seres, animais de composição grotesca, cabeça e boca semelhante as da rã; olhos grandes, arredondados e salientes que giravam em torno da cabeça possibilitando de uma visão panorâmica ao redor. Viviam em terrenos pantanosos da Malásia e da Austrália. No artigo *A Biologia da Rã*,⁸ Moraes faz uma análise minuciosa sobre a anatomia daquele animal. Sônia Maria Tavares Garcia⁹, funcionária da BPP e que acompanhou e trabalhou com Moraes desde 1974 contou, a respeito dos artigos, que tanto um quanto o outro haviam sido extremamente criticados e que as pessoas se perguntavam sobre as motivações para aquela conduta de escrita aparentemente ridícula e sem sentido. Os títulos curiosos e chamativos e os conteúdos surpreendentes eram apenas uma opção de escrita e uma maneira (a sua maneira particular) de dar importância e atribuir significado às coisas que faziam parte de sua vida. No caso específico desses dois assuntos, os peixes e as rãs, tratavam-se de referências de sua vida quando criança. Morando no meio rural, Moraes tinha prazer em mexer com pequenos animais, insetos, pedras e plantas. Não restrito a esse gênero peculiar, escreveu *As Relíquias da Guerra do Paraguai*,¹⁰ trabalho que fazia referência à pistola usada por Bento Gonçalves e à lança que abateu Solano Lopes em 1º de março de 1870. Tanto nos seus escritos sobre biologia como sobre fatos históricos, Moraes destacava o objeto ou algo que, em uma abordagem mais ampla, pareceria um detalhe, o que se supõe ser uma inclinação a compor relicários. Exemplos disso são a franja do ponche do Zeca Neto¹¹, que

⁶ Texto extraído do jornal Correio do Povo de Porto Alegre em 23 de dezembro de 1979.

⁷ Jornal Diário da Manhã de Pelotas. Disponível na pasta: CDOV – A / HCM-004, Arquivo Histórico da BPP.

⁸ Disponível na pasta: CDOV – A / HCM-019. Disponível na pasta: CDOV – A / HCM-004, Arquivo Histórico da BPP.

⁹ Sônia Maria Tavares Garcia. Entrevista realizada em setembro de 2005.

¹⁰ Jornal Diário da Manhã de Pelotas em 15 de maio de 1983.

¹¹ Zeca Netto foi um dos líderes maragatos da Revolução Federalista de 1923 no Rio Grande do Sul. Em luta contra os chimangos de Borges de Medeiros, manteve a cidade de Pelotas sob seu domínio com grande apoio popular durante uma tomada no mesmo ano de 1923. O movimento revolucionário deu-se em função da violência e fraude das eleições que acabaram novamente Borges de Medeiros no governo do Estado.

Morais dizia se tratar do esplendoroso registro da história da cidade de Pelotas¹² e os estilhaços dos vitrais do mercado público na ocasião do incêndio¹³ de setembro de 1969. Dentre outros, esses são dois exemplos expressivos do modo com que Moraes buscava atribuir significados a detalhes: um pequeno fio de tecido pelo qual pretendia em seu discurso imortalizar Zeca Neto e reconstruir um passado através de pedaços.

Pode ser considerado como objetivo de qualquer Museu construir narrativas históricas através de pedaços se está a instituição voltada para a guarda e exposição de objetos do passado. Myrian Sepúlveda dos Santos faz observação esclarecedora sobre esse aspecto ao enunciar que: “Os museus caracterizam-se por coletar objetos que não pertencem mais à dimensão cotidiana da vida, estranhos ao tempo e à história que envolve. No entanto, essas instituições, além de contar a história do passado por meio dos seus fragmentos, são essencialmente história”. (SANTOS, 2003, p.111)

O Museu da BPP foi fundado a 18 de janeiro de 1904 e denominado Museu Histórico da Biblioteca Pública Pelotense, ligado à história da cidade e do Brasil. Sendo o Museu de propriedade da BPP, a organização e obtenção do acervo processou-se de forma lenta, contando-se para tal, apenas doações. Dedicou-se a conservar e colecionar peças de mais alto valor histórico, principalmente o que denominam-se como objetos de cultura pública. Foi remodelado por Moraes a partir de 1940, sendo sua seção mais importante, sem dúvida, a de documentação e arquivo de obras raras e edições centenárias, entre as quais se encontram manuscritos sobre a história de Pelotas, como o do Padre Felício, fundador da freguesia de São Francisco de Paula em 11 de outubro de 1812.¹⁴ Dentre as várias peças de composição do acervo do museu, existia o tijolo que pertenceu à residência da Família Torres¹⁵, a casa mais antiga de Pelotas. O tijolo possuía uma marca, possivelmente o mesmo timbre com o qual se marcava o gado do fazendeiro.¹⁶ *O tijolo como fator de civilização*¹⁷ foi um artigo escrito por Moraes em agradecimento à doação feita ao museu, com páginas que exalam e fulguram as preocupações de um *velho museólogo*. Também esse artigo reitera a concepção museal com que Moraes tratava os objetos.

¹² Disponível em: Pasta CDOV – A / FML-001, Arquivo Histórico da BPP.

¹³ “Vitrals do Mercado.” Disponível na Pasta CDOV – A/HCM-005, Arquivo Histórico da BPP.

¹⁴ Jornal Correio do Povo, Porto Alegre, 23 de dezembro de 1979.

¹⁵ Casa que hoje abriga a Associação dos Surdos, situada na rua Major Cícero Góes Monteiro, 201, bairro centro, cidade de Pelotas / RS.

¹⁶ Sônia Maria Tavares Garcia. Entrevista realizada em setembro de 2005.

¹⁷ Jornal Diário Popular de Pelotas, 1972 e jornal Diário da Manhã também de Pelotas, 1985. Disponível na pasta CDOV – A/HCM-005, Arquivo Histórico da BPP.

Eram 15 as seções que faziam parte do Museu: Mineralogia, Paleontologia, Ornitologia, Zoologia, Botânica, Numismática, Filatelia, Pinacoteca, Escultura, Arquitetura, Engenharia, Desenho, Arqueologia, Armas e Relíquias. Mesmo empregando técnicas rudimentares de conservação - que ao presente parecem equivocadas - Morais conseguiu que suas “coleções” se mantivessem presentes até os dias de hoje.

Uma pessoa e o seu Museu: como Morais vinculou-se ao Museu da BPP



Fig. 1 - Morais no museu da BPP, sem data. Arquivo particular de Sônia Garcia.

Henrique Carlos de Morais nasceu na cidade de Pelotas, em 20 de abril de 1898. De acordo com seus escritos, é descendente da família Morais Patacão, oriunda das ilhas Canárias e chegada ao Brasil em 06 de julho de 1789¹⁸. O início de suas atividades junto à BPP data de 15 de novembro de 1933, terminando somente com sua morte, em 28 de agosto de 1986, portanto, foram 53 anos dedicados à conservação da memória, à construção de identidade e à luta para se preservar - de acordo com as suas concepções - o que havia de mais precioso e valioso. A Fig. 1 trata-se de uma fotografia realizada no interior da BPP com Morais focado no plano posterior do

¹⁸ Texto escrito por Morais, disponível na pasta CDOV – A/HCM-004, Arquivo Histórico da BPP.

quadro. Proposital ou não, o ângulo de tomada da cena fez coincidir na mesma diagonal três bustos de personagens históricas que se alinham com a figura de Moraes, em pé, atrás dos balcões de vidro no qual os objetos do Museu ficavam guardados. Intencional ou não, a imagem arrumou os elementos no enquadramento de forma a traduzir a simbiose do curador com a sua coleção. A partir do material estudado e de dados levantados com informantes, identificou-se o perfil de um colecionador criterioso e preciosista, convicto de que tudo pode ser histórico e nada deve ser deixado de lado ou excluído sem prévia análise. Foi o primeiro funcionário nomeado, em 1940, para dirigir o museu da BPP. Organizou o arquivo histórico da cidade de Pelotas, recebendo reconhecimento por serviços prestados e, em 1940, passou a ser (por merecimento, como consta nos dados biográficos redigidos por ele próprio) Conservador do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do MEC. Em 1945 tornou-se membro da Associação dos Arquivistas Brasileiros, com sede no Rio de Janeiro, e professor de artes plásticas brasileiras no curso noturno mantido pela BPP. Moraes foi presidente da Biblioteca no biênio 1976 a 78. Em 22 de setembro de 1978, através de um decreto do prefeito Irajá Andara Rodrigues, ganhou direitos vitalícios, por serviços prestados, da Fundação Municipal Museu de Pelotas¹⁹. Por muito tempo foi colaborador em jornais e revistas nas áreas de História, Paleontologia, Ornitologia, Arqueologia com publicação de trabalhos que somaram, ao todo, 355 trabalhos²⁰.

As pessoas que o conheceram diziam que era um indivíduo que fazia da Biblioteca a extensão de sua casa, tamanho seu apreço, mas também por outros aspectos. Aos sábados, domingos e feriados tinha por hábito, sistemático hábito raramente não cumprido, de ir à Biblioteca para ler o jornal do dia. Havendo a necessidade de algum recurso, Moraes procurava sanar o problema de forma rápida e objetiva, trazendo de casa ou comprando com seu próprio dinheiro o que necessário fosse. Segundo o que os informantes reiteraram para ele o trabalho de nenhuma maneira poderia cessar, pois era dele que tirava o sedimento de sua existência. Segundo relatos de alguns dos seus contemporâneos, Moraes possuía, no ambiente da Biblioteca, relações horizontais respeitadas pelas quais os colegas o faziam de expoente, depositando em sua imagem a chance de tentar esclarecer qualquer dúvida acerca da memória de Pelotas.

Algumas de suas práticas, como carimbar e assinar documentos, foram repudiadas pelos membros da direção daquela entidade, pois indicavam, na visão das diretorias mais recentes, uma

¹⁹ Decreto nº 1431. “É nomeado membro conselheiro, com direitos vitalícios da Fundação Municipal Museu de Pelotas, o Senhor Henrique Carlos de Moraes, na conformidade do que dispõe os parágrafos 2ª e 3ª do Artigo 4ª da Lei nº 2365 de 10 de agosto de 1977.

²⁰ Notas referendadas por Moraes. “Serviços prestados à terra natal”, Arquivo Histórico da BPP, pasta CDOV – A/HCM-011, Arquivo Histórico da BPP.

possível intenção de retenção dos materiais, demonstrando incontestável desejo de posse²¹. Também, segundo os informantes, ter acesso aos documentos históricos sobre a cidade, na Biblioteca, era coisa muito difícil, pois Morais só os liberava a partir do momento em que se estabelecia relação de confiança com o solicitante. A arbitrariedade com que julgava o pretense consulente estaria no medo de que os documentos pudessem desaparecer em decorrência da pesquisa? Supor um sim como resposta é esperado, já que no comportamento de Morais se notaram as qualidades da dedicação, do zelo e da cautela. Qualidades afirmadas, em especial, por uma das depoentes que teve parte dos seus 31 anos de trabalho na BPP interseccionada com a vida de Morais²².

Sônia Maria Tavares Garcia, ou simplesmente “Dona Sônia”, como todos a chamam, começou suas atividades em 1974, e foi colega de trabalho de Morais por 12 anos. Atualmente trabalha junto ao Centro de Documentação de Obras Valiosas (CDOV) atendendo numeroso público de pesquisadores e curiosos. Segundo seu depoimento: “Sei que existem pessoas mais qualificadas do que eu, mas eu acho que enquanto tiver vida e puder estar aqui estarei cuidando isso pra vocês, pra mim, para os meus netos e para o seu Morais.” Os depoimentos de Sônia Garcia indicaram possibilidades de compreensão sobre as relações de trabalho e sociais que se estabeleciam entre Morais e seus colegas. No discurso da depoente, nas palavras e expressões usadas para adjetivar o seu contemporâneo, percebeu-se notória nostalgia, quase um reencontro com o protagonista da entrevista. Foi um relato saudoso pelo qual transpareceu o reconhecimento e admiração. Sônia Garcia relatou que ele costumava ter os documentos escondidos, mas justificou que sua intenção era evitar danos decorrentes do uso. Contou que foi construído um mezanino para assumir tal função, isto é, proteger os testemunhos memoriais de Pelotas de quem os quisesse manusear. Contou que o prazer em conversar com Morais era algo singular, pois aprendia inúmeras coisas referentes à cidade e diversas facetas sobre a vida cotidiana daqueles que então já eram personagens importantes. Confirmou que Morais jamais comprava qualquer coisa. O que foi sendo inserido no acervo chegava ao Museu por doação. O fato de ser um homem bastante conhecido na cidade dava confiabilidade a quem quisesse doar alguma coisa. As pessoas costumavam ligar perguntando se existia interesse do Museu da Biblioteca em tal peça e sob a concordância de Morais, a peça era recebida. Segundo a depoente,

²¹ Sônia Maria Tavares Garcia. Entrevista realizada em setembro de 2005.

²² Sônia Garcia é funcionária da BPP há 31 anos. Estando aposentada desde 1996, ainda hoje exerce a função, justificada por ela como sendo uma prova de amor em favor da história.

ele era um catalisador dos anseios de guarda da comunidade e foi o responsável pela constituição do acervo do Museu. No entanto, constatou ela, hoje ele é um anônimo.

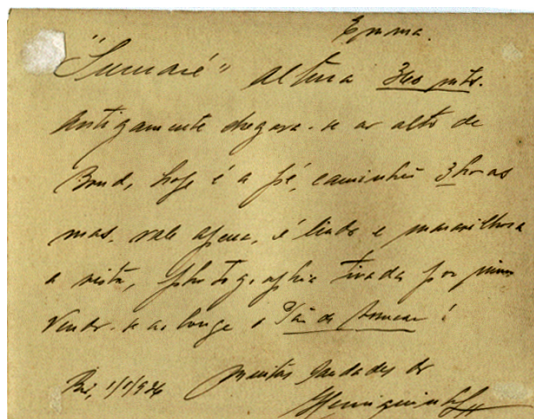
O depoimento de Sônia Garcia foi o mais importante. A cronologia dos passos de Morais descrita por ela foi se encaixando nessa história lacunar de forma privilegiada, tanto pela extensão de tempo de suas memórias como pela lembrança muito afetiva que ela demonstrou ter por ele e pela BPP. Ela conseguiu traduzir como Morais constituiu e dimensionou, dentro de concepções próprias, as políticas de preservação do acervo. Confessou que hoje aquelas orientações ainda lhes pareciam o que deveria ser seguido. Sobre isso destacou que uma das atividades permanentes de Morais era a composição de pastas e formação de fundos documentais. Isso ocasionou uma contrapartida que seria o não entendimento da entidade privada e da entidade pública como parâmetros diferentes, os documentos acabaram se confundindo com relação ao seu local de destino. O passado era reconstituído por meio de registros escritos e fotográficos. Sempre muito envolvido com o que fazia, Morais jamais desvinculava sua vida particular das atividades do museu, procurava sempre trabalhar em prol da biblioteca e também do interesse coletivo público.

A simbiose do arquivo público com o privado: o caso do Canhão da Cascata.

Nos arquivos pessoais de Morais encontramos muitos *testemunhos do eu*, lembranças que, na visão de Philippe Artières, servem para responder a uma injunção social. Segundo o autor: “Temos assim que manter nossas vidas bem organizadas, pôr o preto no branco, sem mentir, sem pular páginas nem deixar lacunas. O anormal é o sem-papéis.” (ARTIÈRES, 1998, p. 03). As práticas de *arquivamento do eu* são incessantes, demonstram a formação de identidade por parte de seus autores e a construção de uma história de si, uma trajetória pessoal que acaba se misturando com o processo de escrita da História. Morais costumava arquivar suas coisas pessoais em meio aos papéis da Biblioteca, promovendo o que se pode chamar de uma exacerbação do privado. Ainda segundo Artières: “É um dever produzir lembranças; não fazê-lo é reconhecer o fracasso, é confessar a existência de segredos.” (ARTIÈRES, 1998, p. 08) Morais levou para o arquivo da Biblioteca inúmeros testemunhos de sua vida particular, que foram sendo amalgamados tão intensamente que a sensação ao tratar com esses arquivos foi análoga ao de virar as páginas de um álbum de fotografias. As Fig. 2, 3 e 4 são exemplos desse fato. Essas e outras fotografias e documentos foram descartados e foram salvos do fogo por um acaso²³.

²³ Essas e outras fotografias foram retiradas de uma fogueira quando, depois da morte de Morais, os documentos foram descartados como decorrência de um processo de organização do arquivo da BPP. O descarte levou esses

Nessas imagens, da viagem de Moraes com a esposa, um retrato de ambos e uma fotografia de viagem dedicada por ele a uma pessoa amiga, sinalizam o tamanho da intimidade que ele havia construído com esse arquivo e com a instituição. Aos poucos se foi construindo uma narrativa com base na memória oficial depreendida a partir da seleção estabelecida por Moraes e pela qual se vislumbrou uma motivadora discussão sobre as práticas de conservação, valorização do patrimônio e da memória. Existe, porém, uma impossibilidade mítica de separação entre memória e contexto social. O indivíduo, detentor da memória, ou como diria Ecléa Bosi²⁴, aquele que relembra é produzido pelo seu invólucro.



documentos para outra instituição da cidade, que não tendo encontrado localização para os mesmos no seu arquivo destinou-os ao lixo. Duas estudantes do Curso de História, estagiárias na Instituição, salvaram parte dos documentos do fogo e posteriormente entregaram-nos ao pesquisador que hoje os guarda, quando informadas do interesse do mesmo pelo personagem das fotos.

²⁴ BOSI, 2004.

Fig. 2 , 3 e 4, fotografias de viagem de Morais, 1926 e 1929. Acervo particular de Maiquel Gonçalves de Rezende.

A questão de se constituir arquivos particulares em instituições públicas, que se mostrou presente nas ações individuais de Morais, vem evidenciar esta nova conceituação de patrimônio, mesmo que tenham sido ações inconscientes deste novo conceito. A partir dos arquivos é possível sustentar essa hipótese.

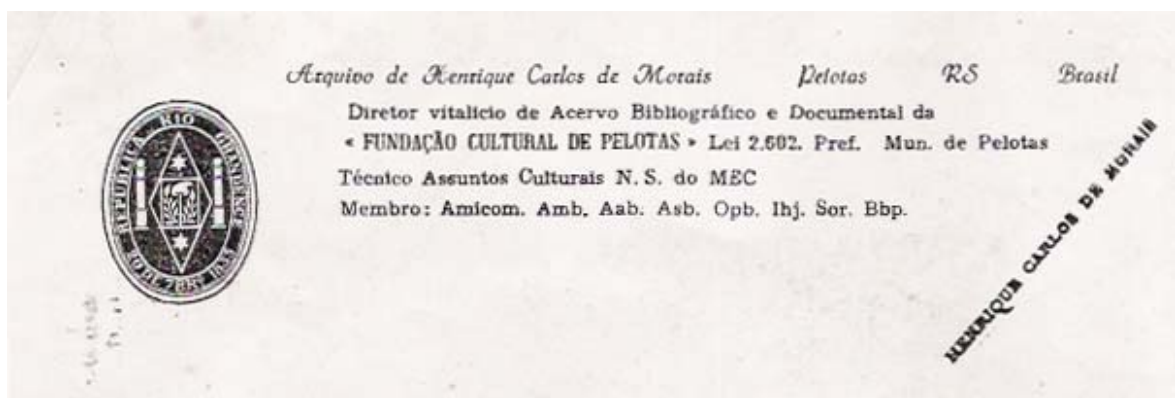


Fig. 5 - parte superior dos documentos para uso do arquivo e da BPP. Acervo particular de Maiquel Gonçalves de Rezende.

Na parte superior dos documentos para uso do arquivo e da BPP, descrição que pode ser vista na Fig. 5, podemos ler “*Arquivo de Henrique Carlos de Morais*”. Philippe Àrtieres assim diz: “Arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social à imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência.” (ARTIÈRES, 1998, p. 03).

Portanto, o acervo foi se constituindo com base na idéia de confusão entre público e privado. Morais costumava juntar aos arquivos do Museu da Biblioteca documentos que diziam respeito a sua vida pessoal, ignorando – supostamente - a Biblioteca como uma instituição de caráter público. Essa situação construiu-se ao longo dos 53 anos nos quais trabalhou na BPP. Dentre os vários objetos que ajudam a compreender esse estado de simbiose entre Morais e a BPP está o Canhão da Cascata. (fi. 6)



Fig. 6 – Fotografia do Canhão da Cascata, 1966. Arquivo Histórico da BPP.

O início da história do canhão foi, tomando por base os relatos de Morais, a contratação do navio brasileiro de dragagem chamado *Draga Brasil*, para executar obras no porto de Willemstad, cidade capital da ilha de Curaçao no mar do Caribe (Antilhas Holandesas). Em 10 de abril de 1960 o maquinário de trabalho da *Draga Brasil* se depara com um estranho objeto, um Canhão de ferro coberto de ferrugem. O Canhão é içado para dentro do convés do navio enquanto seguem as obras. Terminado o trabalho, o navio se deslocou em direção à cidade vizinha de Pelotas, Rio Grande, onde iria prestar serviço no canal de acesso ao porto, os molhes da barra. Concluída sua tarefa lá, o *Draga Brasil* se dirige para Pelotas, onde acaba depositando o Canhão. Três anos se passaram e em princípios do mês de abril de 1963, o administrador do porto de Pelotas, o Sr. José Curwitz, comunicou a Morais, então representante do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Pelotas, a existência, nos depósitos daquela unidade, de uma antiga peça de artilharia com grossa camada de ferrugem.²⁵ Morais solicitou que a peça fosse doada ao Patrimônio Histórico da cidade. Após ter seu pedido atendido, procurou os funcionários do porto para tentar descobrir de onde viera o canhão. Talvez buscando corresponder às expectativas de informação de Morais, os funcionários acabaram por relatar-lhe que o Canhão havia sido retirado de canais interiores do Estado. Além disso, nada mais sabiam. Na intenção de finalizar as investigações (apesar de não possuir notas precisas), o passo seguinte foi dar publicidade ao achado, visto que se tratava de algo por ele considerado de grandiosa importância e de valor arqueológico inestimável. Morais noticiou à imprensa sobre o objeto achado no canal de Rio Grande e que, como conservador do patrimônio, passava a ter a guarda. Alguns intelectuais riograndinos, mediante as declarações de Morais, reivindicaram levar o

²⁵ Jornal Diário Popular de 21 de julho de 1963. Disponível na pasta CDOV – A / HCM-013, Arquivo Histórico da BPP.

Canhão para Rio Grande, afinal a arma havia sido descoberta no porto daquela cidade. Quando acometido da possibilidade de perder a posição de guardião da “bôca-de-fôgo”²⁶, Moraes procurou o homem que na época comandou o navio *Draga Brasil* e solicitou esclarecimentos sobre a localização exata e as condições em que o Canhão fora achado. Vejamos o que diz o termo de doação expedido pelo comandante do navio em 30 de abril de 1963.²⁷

Pelo presente documento, dô-o ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional dos Estados Unidos do Brasil um velho canhão de ferro fundido, com 2,73 metros de comprimentos e 13,5 centímetros de calibre, por mim encontrado nas proximidades do porto de Willemstad, ilha de Curaçao e colhido do fundo do mar pela “DRAGA BRASIL” sob meu comando, no dia 10 de abril de 1960.²⁸

Legalmente detentor do Canhão, Moraes conseguiu que o mesmo fosse restaurado. A partir disso, uma longa jornada se desenrolou. Três anos separaram o início das restaurações e o assentamento do Canhão. A questão, finalizado o restauro, passou a ser a fixação da peça e não mais a decisão correspondente a quem caberia o dever da preservação. O local escolhido por Moraes é o largo Armando Lima, na região da Cascata (fig. 7)



²⁶ Expressão usada por Moraes para referir-se ao canhão.

²⁷ O termo de doação encontra-se hoje, na sua íntegra, impresso na placa de identificação do Canhão, no Largo Armando Lima, na Cascata.

²⁸ Disponível na pasta CDOV – A / HCM-013, Arquivo Histórico da BPP.

Fig. 7 – Fotografia do Canhão da Cascata sendo restaurado, 1960. Arquivo Histórico da BPP.

A Cascata é um distrito pertencente à cidade de Pelotas (5º distrito), uma região distante do centro da cidade 25 quilômetros aproximadamente, onde o urbano e o rural se misturam. Nessa localidade a família Morais Patacão mantinha uma residência de campo, um *Solar*.²⁹

O Solar³⁰ e a Cascata tinham grande importância para Morais. Lá havia passado sua infância e as lembranças que tinha eram fortes e expressivas. Sobre o significado de ter sua vida ligada ao Solar, Morais escreveu:

A recordar o nome desta aprazível localidade situada nos últimos contrafortes da Serra da Buena, onde o criador reuniu tudo quanto há de belo, sente-se perto o que já de longe nos arrebatará? A magnífica paisagem (...) Por mais longe que evoque a minha infância, o solar no seu silêncio fala, mostra bem, dum passado que o tempo não destruiu ao correr das estações do ano.³¹

Morais colocou o Canhão próximo ao Solar em 1966, e promoveu uma festa de descerramento. O evento foi documentado por ele próprio através de fotografias (Fig. 8) e textos divulgados na imprensa local. O fato sobre a localização do Canhão é que esse foi colocado por Morais onde lhe foi possível ou onde lhe pareceu adequado colocar e não foi incorporado aos acervos do Museu.



²⁹ Morais sempre costumava referir-se a essa casa como o Saudoso Solar.

³⁰ O Solar da Cascata hoje pertence à diocese de Pelotas. Foi doado em 1978 pelas irmãs Dulce e Rosina Cordeiro de Morais. No terreno (área de 7 ha) localiza-se o santuário de Nossa Senhora de Guadalupe. Referência extraída do site <http://diocese.pelotas.tche.br/histsant.htm>

³¹ Cascata, fevereiro de 1974. Texto escrito por Morais. Disponível na pasta CDOV – A/HCM-005, Arquivo Histórico da BPP.

Fig. 8 – Fotografia da festa de descerramento de canhão, 1966. Arquivo Histórico da BPP

O acervo do Museu era feito de objetos pequenos, documentos, fotografias, algumas obras de arte de pequeno volume. É possível que Moraes não tenha feito a incorporação devido ao tamanho da peça de artilharia. Mas há um desdobramento do destino do Canhão que sugere interpretações sobre o modo de agir de Moraes. Fora do museu e da narrativa de história e passado que o ambiente confere aos objetos, o Canhão foi sendo incorporado pela comunidade da Cascata de modo peculiar, estimulando, quanto mais distante ficava da figura de Moraes, versões ficcionais sobre sua origem. Os depoentes buscados para falar sobre o Canhão foram perguntados sobre fatos simples como: Quem colocou o Canhão ali? De onde ele veio? O que se poderia contar sobre esse? O objeto bélico, solitário e descontextualizado, gerou como indicaram os depoimentos, versões livres sobre sua existência e sobre o motivo de ali se encontrar. Tais versões podem traduzir tentativas em compreender a incongruência em situá-lo ali com base em uma justificativa aceitável e atribuindo-lhe, portanto, um significado.

Três versões foram mais repetidas. A primeira delas fazia referência a uma peça de artilharia usada durante a Revolução Farroupilha (improvável tendo em vista o número de soldados necessários para carregar um canhão de quase 3 metros e mais de 500 Kg). A segunda e a terceira são mais recentes, e aparentam conexão entre si: o canhão teria sido achado no canal São Gonçalo em Pelotas e levado até a Cascata por um veranista. Ora, o Canhão tornou-se um objeto que permitia múltiplas leituras, mas foi desligado, pelas narrativas dos moradores locais, da pessoa de Moraes. A história do veranista, quando o número de entrevistados foi ampliado, mostrou-se ser a mais acreditada.

A manutenção do local onde se encontra o Canhão é feita pelos próprios moradores. Mesmo sem muito saber acerca da sua origem e do seu significado, o objeto é cuidado e, portanto, uma vez assentado, conquistou seu lugar de permanência.

Compreendeu-se que as versões sobre a origem do Canhão não fazem menção à figura de Moraes porque a história factual se deu em uma realidade complexa e afastada da vida comunitária da Cascata. Para Moraes, colocação do Canhão nesse local, onde acabou ficando definitivamente, não implicou em apresentar o objeto à comunidade local, sua colocação foi dada

através da escolha de local, com inexorabilidade, assim como sua permanência. A inevitabilidade da presença de um objeto tão externo às vivências dessa comunidade demandou de seus moradores a constituição de narrativas que explicassem sua existência ali. Daí porque essas explicações podem ter suprimido o responsável pela vinda do Canhão para aquele local, porque se remetem unicamente à história do canhão. Esses pormenores, aparentemente sem nenhuma importância, forneceram a chave para delinear as interpretações do invólucro do canhão, ou seja, os residentes do local nada sabem sobre ele porque não houve um momento no qual a história desse objeto tenha sido contada, compartilhada com a comunidade e não houve, como consequência, a possibilidade da incorporação do fato. Corpo estranho que era, não obstante tornou-se uma presença inevitável, um anacoluto de paisagem, presente e vazio de sentidos, que foi sendo incorporado pelo imaginário local através de possibilidades narradas como possíveis histórias.

Pela inevitabilidade do seu tamanho, o Canhão pode discutir essa premissa, de confusão público e privado, confrontando-a com um fato cujas evidências estão sugeridas: o de que inexistiam na época locais seguros de preservação do patrimônio. Ainda hoje encontramos problemas de responsabilidade com relação ao cuidado do patrimônio público. É como se esta confusão, de quem é responsável por aquilo que é público (patrimônio de todos), obrigue, de certa forma, pessoas como Moraes a guardar as coisas como se fossem suas, na tentativa de não deixar com que elas se perdessem. As evidências tanto se dirigem para a construção de um arquivo pessoal feito por Moraes, como para o cuidado com que ele tinha em relação aos objetos, que segundo suas ações e concepções, deveriam ser guardados.

O Brasão das Armas da República Rio-grandense: outro fato e mais um exemplo

Por ocasião de uma das pesquisas que tenho realizado nesta cidade, visando à proteção de nosso Patrimônio Histórico, tive a satisfação de encontrar no arquivo particular do distinto conterrâneo Sr. Alberto Vieira Braga, um sinete de chumbo, ou liga de chumbo, com o emblema da malograda República Rio-Grandense.³²

³² “O sinete e o emblema da República Rio-Grandense 1835”. Disponível na pasta CDOV – A / HCM-015, Arquivo Histórico da BPP.



Fig. 9 - Desenho do Brasão de Armas da República-RioGrandense

O que Morais chamou de o *Sinete da República Rio-grandense*³³ foi um dos seus maiores achados como pesquisador e agente da proteção ao patrimônio, foi uma de suas maiores contribuições ao estudo da história do Rio Grande do Sul devido ao fato de consolidar algumas certezas: 1) a influência maçônica na composição do emblema e sua considerável cultura geométrica, qualidades observadas no desenho do Brasão na Fig. 9 (o que então vigorava usufruía de grande mistura de composições); 2) existe uma rede harmônica de representações constantes no sinete, símbolos projetados de forma hierárquica e ritmada como característica da maçonaria; 3) o desenho previamente concebido é garantia de conjunto, onde as redes são construídas tomando por base um determinado módulo de ação correlato; 4) redesenhar a bandeira do Rio Grande do Sul acordada em sua pureza original; 5) do desenho do sêlo de armas usado na República Rio-Grandense (e não República Piratini como muitos chamam) não se tinha muita idéia até então, *a posteriori* testemunhou-se a veracidade do Brasão constante no Museu Júlio de Castilhos e uma grande diversidade de erros no atual Brasão da bandeira do Rio Grande do Sul. Assim escreve Morais:

Em resumo: o emblema apresenta composição fechada, concêntrica, equilibrada, simétrica, comodulada, eurrítmica, erudita, severa, simbólica, em parte esotérica e em parte esotérica.³⁴

O sinete está exposto no Museu da BPP, dentro de sua nova reformulação. Segundo a Sônia Garcia, o Selo era a peça preferida de Morais. Um documento que evidencia essa *“paixão”*

³³ “RIOGRANDENCE” – no selo está escrito com a letra “c”.

³⁴ *Idem* 32.

está datado de 27 de agosto de 1962. Um texto no qual transborda entusiasmo e que, parecendo ter sido escrito em um único suspiro, sentimentaliza os anseios daquele pesquisador.

O desenho do sinete foi usado como timbre na face superior esquerda dos papéis do Museu da BPP por mais de 20 anos. Este desenho testemunha a relevância que, como conservador do Patrimônio Histórico, Morais atribuiu ao Brasão de Armas da República dos Farrapos. O objeto se compõe de uma peça de liga de chumbo de 4,5 milímetros de espessura e 40 gramas de peso, aproximadamente; e traz na sua face o emblema da República Rio-grandense.³⁵ O selo era usado para autenticar os documentos da República e também para os despachos do então Ministro da Fazenda, o Sr. Domingos José de Almeida. O objeto chegou às mãos de Moais por meio de doação feita ao Museu da Biblioteca pelo Sr. Alberto Vieira Braga, doação essa que reforça a impressão que se tem de Morais ser um depositário da confiança dos moradores da cidade na sua capacidade de zelar pela história e pelo passado. No caso de Alberto Vieira Braga, também havia a necessidade por parte dele em confirmara a autenticidade daquela peça, pois a mesma adormecia em sua casa como objeto de adorno devido às lacunas existentes. Braga acreditava que, na ocasião, somente Morais fosse capaz de desprover o vazio do objeto, tendo ele pelo Sr. Morais admiração por sua espaiada cultura erudita..³⁶

Depois de muitos anos e pacientes buscas, Morais acabou por encontrar a prova que tanto procurava. A história começou a se desvendar em 1º de março de 1957, quando recebeu um maço de documentos doados por Cássio Brutus de Almeida, neto de Domingos José de Almeida. Por entre uma miscelânea de papel, estava o imprescindível testemunho para reconstituir a trajetória do “*Carimbo da República*”. Eram dois passaportes impressos e timbrados com desenho do Brasão de Armas da República Rio-grandense. Na face superior estavam os referendos do próprio Domingos José de Almeida, ministro de Estado da República. Essa descoberta aferiu caráter de relíquia histórica ao “*selo de armas*”, passando a ser, a partir daquele momento, peça do museu e de grande valor.

A partir do instante em que conseguiu desenredar o novelo da história do sinete, HCM buscou cercar-se de todo um aparato documental e de apoio para que não houvesse a possibilidade de equívocos. Em 27 de junho de 1957, a partir de uma entrevista publicada no jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, comunicou às autoridades competentes que possuía em suas mãos a História viva do Rio Grande do Sul. A comunicação repercutiu entre curiosos e

³⁵ Parecer do Sr. Francisco Lopes Gastal, Pelotas, 30 de maio de 1957. Disponível na pasta CDOV – A / HCM-015, Arquivo Histórico da BPP.

³⁶ Carta remetida ao Presidente da Biblioteca em 20/09/1962. Arquivo Histórico da BPP

estudiosos da história regional que passaram a procurá-lo para obter maiores e mais precisas informações. Por ocasião do sesquicentenário de Pelotas, procurando dar uma maior difusão ao emblema descoberto, Morais mandou imprimir um folheto que, segundo ele, seria apenas “*uma pequena contribuição ao estudo da história da nossa terra*”.³⁷ Este foi o documento mais completo encontrado e traz uma análise descritiva de Francisco Lopes Gastal, uma interpretação dos símbolos maçônicos do emblema por Maximiano Pombo Cirne e o parecer do professor Walter Spalding. Sobre a publicidade do selo e o procedimento de Morais, assim definiu o professor Spalding: “Assim, os anos se passaram e o cunho metálico jazia escondido a espera das provas exigidas pelo cauteloso Sr. Morais”.³⁸

O texto “*os símbolos maçônicos no emblema da República Riograndense*”³⁹, do Dr. Maximiano Pombo Cirne, iniciou narrando sobre a influência da maçonaria em inúmeros acontecimentos intrínsecos ao contexto histórico brasileiro. Destacou que os símbolos constantes no Brasão são maçons porque os líderes do movimento Farrroupilha assim também o eram. Ressaltou o avantajado conhecimento do artista italiano Lívio Zambecari (compositor do desenho), dizendo se tratar de homem de grande cultura. Comparado com o atual Brasão de armas da bandeira do Rio Grande do Sul, observou que o mesmo apresentava quatorze erros.

Tanto na pesquisa sobre a origem do Canhão quanto na pesquisa sobre o Sinete, Morais parece ter buscado a verdade irrefutável que conferiria aos objetos o reconhecimento de todos quanto a sua importância. No caso do sinete, enviou à Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul alguns projetos na tentativa de redimensionar os símbolos constantes no Brasão de Armas atual. Essas discussões se iniciaram por intermédio do deputado Getúlio Marcantônio, figura que mais tarde servir-se-á de críticas por parte de Morais. Marcantônio consegue com que os símbolos do Brasão e da Bandeira sejam padronizados, deixando de lado todas as observações enviadas pelo velho museólogo. Assim, as tentativas de Morais se mostram inúteis e, segundo Walter Spalding, “*a bandeira continuará a flamular nos ventos do nosso pago numa diversidade quase carnavalesca*”. Vendo suas esperanças reduzidas, Morais declarou:

Esse ofício, sob o número 46, que tive a honra de encaminhar ao Exm^o. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, intitulado “Símbolos do Estado do Rio Grande do Sul”, solicitava-mos a V.S. Ex^a. os documentos e estudos anexos, uma vez que, pelo exame dos mesmos se

³⁷ Breve dossiê publicado durante o sesquicentenário de Pelotas em agosto de 1962. Disponível na pasta CDOV – A / HCM-015, Arquivo Histórico da BPP.

³⁸ Jornal Correio do Povo. Porto Alegre, 10 de agosto de 1962.

³⁹ Peça do dossiê produzido por Morais. Disponível na pasta CDOV – A / HCM-015, Arquivo Histórico da BPP.

verificam discrepâncias entre ambos, justamente quando o projeto em questão pretende desfazer todas as dúvidas nos símbolos do nosso Estado.

NÃO NOS RESPONDERAM NOSSO JUSTO APELO !!!

Aprovaram, do então Deputado Getúlio Marcantônio, um projeto de lei visando padronizar os símbolos máximos do Estado: a Bandeira e o Brasão de Armas.

Vide o nosso trabalho anexo sobre as discrepâncias observadas que não foram sequer estudadas pelos homens do governo; aliás, a burrice em estudar o que é certo ou errado é privilégio dos políticos dessa infeliz república. Pelotas, dezembro de 1965. ⁴⁰

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconstituir histórias com base em fragmentos escritos e fotográficos pode ser tarefa comparada ao do artesão que monta um mosaico figurativo coletando fragmentos de cerâmica. A história de Morais é um mosaico de ações que podem ser traduzidas pelos dominantes aspectos pitorescos. O caso do Canhão da Cascata foi exemplar nesse sentido. Para melhor detalhar a trajetória do Canhão foi necessário dividi-la em três partes: de onde veio, como foi parar na cascata e as histórias que se contam hoje sobre sua origem. O desfecho do Canhão permite se depreender alguns aspectos da apropriação que Morais faz da noção de Patrimônio Histórico por meio desse objeto.

A análise dos documentos sugeriu como o comportamento de guarda de Morais evidenciou um processo de amálgama do acervo da BPP com o seu próprio, ambos constituídos ao longo do seu trabalho na instituição e em grande parte por doações que eram feitas ao Museu, através dele ou por causa dele. Essas doações podem ter sido, inclusive, feitas a ele e não à instituição, mas o processo de simbiose entre Morais e o Museu foi se dando na medida em que o seu nome como conservador e colecionador foi se impondo na comunidade, ocorrência que se registrou no procedimento e na memória de alguns, mas em face da progressividade do fato, não se fez enunciar em qualquer momento.

Sobretudo, a partir da construção dessa narrativa biográfica foi possível se ter entendimento acerca das políticas engendradas por Morais e sua ação de salvaguarda para com o patrimônio na cidade de Pelotas. Mas o processo de simbiose se deu, em vários momentos, como apropriação, como tomar conta de alguma coisa, tomando-a para si, condição pela qual ele foi julgado pelos que vieram depois, pelos que diante de um acervo institucional que carregava o

⁴⁰ Texto escrito por Morais, disponível na CDOV – A / HCM-015, Arquivo Histórico da BPP.

nome do seu guardador – por ele colocado – julgaram-no pela ação que se deu dentro do processo, mas que não o traduz. Há, como sempre, uma manipulação da memória, que é capaz de amortecer tal completude e controlar suas disposições insurgentes.

Morais possuía um método indiciário de interpretação da vida comum e via na construção de identidade um sentimento revelador. Um método interpretativo focado e tendo por base resíduos marginais considerados reveladores de uma história vista a partir da semiótica descritiva do imaginário de toda uma parcela de indivíduos e personagens. É necessário examinar as diferentes contribuições e suas implicações na coletividade pelotense, objetivando desfazer preconceitos que marcaram uma prática de gestão e conservação do patrimônio cultural. A memória biográfica de Moraes apresentou-se como ganho de causa, isto é, as lembranças são aquilo que nos mantêm vivos e nos fazem ativos de uma prática comum, reunir no presente o que nos remete às memórias de nossos objetos vivos.

Pode ser que mediante a análise de um procedimento tornado complexo ao longo do tempo se possa delinear com alguma nitidez a fronteira entre a prática cotidiana e uma escrita estritamente descritiva, redimindo o julgamento de Moraes, fazendo-o deixar de ser prisioneiro de uma teia de equívocos que por muitos anos constituiu o processo de esquecimento ao qual está relegado. O estudo de sua trajetória de vida, seu passado no que tange ao nivelamento pessoal-instituição, poderá revelar algumas representações dessa complexidade da confusão entre o público e o privado.

Referências

- ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (org). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. In: *Estudos Históricos, n° 21*. Rio de Janeiro: Editora da FGV – CPDOC, 1998. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade. Lembranças de velhos*. São Paulo, Companhia da Letras, 2004.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museu Imperial: a construção do Império pela República. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário. *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.